



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR A SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

DATA: 29/9/17

Realizador: Comissão Especial de Estudos - Homicídios de Jovens Negros e Pobres

Local de realização: Plenário Amyntas de Barros

9h12min - Abertura

Composição da mesa:

- o vereador Arnaldo Godoy;
- a vereadora Áurea Carolina;
- a vereadora Cida Falabella;
- a secretária municipal de Políticas Sociais, Maíra Colares;
- a gerente do Centro de Referência da Juventude - CRJ, Samira Ávila;
- o capitão da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - Ricardo Foureaux;
- o subinspetor da Guarda municipal de Belo Horizonte - GMBH - José Roberto Gonçalves de Meira;
- o delegado-geral de Polícia Civil de Minas Gerais, Harley da Silva Bahia;
- a coordenadora da Promoção da Igualdade Racial no Município, Makota Kizandembu.

9h13min - Apresentação

Ocorreu apresentação de intervenção poética de Fabrício Tadeu de Paula, arte-educador de 31 anos, conhecido como Bim Oyoko, que é mobilizador de políticas sociais no Fórum das Juventudes da Grande BH e poeta do Nosso Sarau.

9h20min - Mesa de Abertura

O vereador Arnaldo Godoy saudou a todos e comentou como se darão os trabalhos deste seminário.

A vereadora Áurea Carolina comentou que o genocídio se dá a partir da negação de direitos a certos grupos sociais e étnicos e leva a um aumento dos índices de violência. Lembrou casos de violência.

Harley da Silva Bahia saudou a todos e informou que a Polícia Civil se faz presente para participar deste importante evento; e colocou-se à disposição para contribuir no que for possível.

Ricardo Foureaux saudou a todos e ressaltou a importância desta discussão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Samira Ávila saudou a todos e comentou o funcionamento do CRJ. Lembrou dispositivos do Estatuto da Juventude e ressaltou que todo jovem tem direito à segurança pública e ao acesso à justiça. Ponderou que o sistema atual de denúncias é falho e leva ao desestímulo à apresentação de denúncias sobre abusos de autoridade e casos de violência policial. Enfatizou a importância desta discussão.

José Roberto Gonçalves de Meira saudou a todos e enfatizou a importância desta discussão. Disse que nossa sociedade é preconceituosa e que esse debate deve ser feito em várias instâncias.

Makota Kizandembu saudou a todos e cobrou a ampliação das discussões sobre a discriminação da população negra. Manifestou sua esperança de que a nova gestão da Prefeitura possa contribuir para tornar Belo Horizonte uma cidade verdadeiramente igualitária.

Maíra Colares saudou a todos e parabenizou a iniciativa de realização deste debate. Informou que morreram neste ano mais pessoas no Brasil em decorrência de violência do que em todo o resto do mundo por atos de terrorismo. Comentou a questão da violência contra a população LGBT. Disse que a violência se manifesta tanto de forma social quanto pelo Estado. Explanou o funcionamento da Secretaria Municipal de Políticas Sociais e enfatizou as mudanças que estão sendo realizadas na estrutura de atendimento à população. Manifestou sua alegria em participar deste evento.

A vereadora Cida Falabella saudou a todos e parabenizou a comissão pela iniciativa de realizar este seminário. Disse que o combate ao genocídio de jovens e negros e a mudança da sociedade só terão êxito pela educação e pela cultura.

A vereadora Áurea Carolina enfatizou a importância da presença dos representantes das forças de segurança pública e ponderou que não pode haver segurança pública cidadã sem a atuação efetiva dos órgãos de proteção social; e com isso, agradeceu a presença dos representantes desses órgãos. Enfatizou a importância da interlocução e do diálogo.

Maíra Colares informou que houve a redução em mais de 90% do orçamento da Assistência Social repassado pelo governo federal e que isso compromete o funcionamento dos órgãos componentes do Sistema Único de Assistência Social - Suas.

O vereador Arnaldo Godoy comentou o problema da concentração de renda e incentivou a discussão sobre a questão da flexibilização e legalização das drogas e do aborto.

10h8min - Apresentação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ocorreu apresentação de intervenção poética de Nívea Sabino, poeta, ativista e educadora social.

10h13min - Palestras

Composição da Mesa:

- o vereador Arnaldo Godoy;
- a vereadora Áurea Carolina;
- a professora Valéria de Oliveira;
- o capitão da PMMG Ricardo Foureaux;

Palestra: Segurança Pública Cidadã no Município: desafios e possibilidades.

Palestrante: Valéria de Oliveira, professora adjunta do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação - Decae - da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Síntese da palestra:

Valéria de Oliveira saudou a todos e indagou o que seria a segurança pública cidadã. Apresentou possíveis definições para o conceito, enfatizando a necessidade de participação popular e de diálogo. Comentou pesquisa realizada com policiais militares para tratar do tema do policiamento comunitário. Disse que a pesquisa foi realizada por meio da apresentação de questionários durante as inspeções de instrução nos batalhões e que o estudo teve a participação de 592 policiais militares. Comentou a visão dos policiais sobre policiamento comunitário e enfatizou a dificuldade de definição de estratégias de segurança para esse tipo de atividade policial. Enfatizou a importância do relacionamento das forças de segurança com as comunidades. Informou que a maior parte das mortes decorrentes de violência atinge a população negra em todas as faixas etárias. Explicou pesquisa realizada, analisando as estatísticas de vitimização interpessoal e de casos de ocorrência de violência policial. Disse que a pesquisa permitiu identificar que os casos de violência policial atingem de forma mais significativa a população negra. Enfatizou a importância de quebrar o paradigma de que os agentes dessa discussão devam estar em posições opostas. Disse que o Estado, a polícia, as comunidades periféricas e as universidades são colocadas como forças antagonicas, o que prejudica o debate. Defendeu a união de todos na definição de uma política de segurança pública.

Palestra: Segurança Pública Cidadã no Município: desafios e possibilidades.

Palestrante: o capitão da PMMG Ricardo Foureaux, graduado em ciências militares com ênfase em defesa social pela Academia de Polícia Militar, especialista em criminalidade e violência pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - Crisp - da UFMG, assessor de direitos humanos da PMMG, conselheiro de direitos do Cedca/MG, Conedh/MG, e membro do Comitê Pop Rua, Comitrate e Cehavis.

Síntese da palestra:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ricardo Foureaux saudou a todos e comentou que a PMMG tem como duas diretivas de trabalho a questão de direitos humanos e de polícia comunitária. Apresentou um resumo histórico da criação das forças policiais no Brasil. Enfatizou que, inicialmente, havia o Regimento de Cavalaria, no século XVIII, que tinha como principal função a coleta de impostos. Disse que, posteriormente, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, foi criada a Guarda Real de Polícia, que cuidava da segurança pública apenas para a elite nobre portuguesa abastada e prestava segurança privada para quem desejasse pagar por isso. Comentou a escravidão no Brasil e os efeitos da abolição da forma como foi feita. Disse que não foi feita uma efetiva abolição da escravidão, visto que não houve apoio à inserção dessa população na sociedade. Disse que as primeiras forças policiais eram formadas por militares e que a mentalidade militar é a de guerra e de inimigo. Comentou as mudanças verificadas com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os impactos que essa nova constituição teve sobre as forças policiais. Informou que, quando entrou para a polícia, a primeira aula que teve foi sobre direitos humanos. Enfatizou a importância e o enfoque dado pela PMMG na questão de direitos humanos durante os cursos de formação que frequentou. Expôs as principais normas internacionais existentes sobre a atuação das forças de segurança com relação à questão dos direitos humanos. Mencionou nominalmente os principais textos e fez breve resumo de seus teor. Enfatizou que a PMMG tem grande atenção à questão dos direitos humanos em seus cursos de formação. Ponderou que existem situações de erros, abusos e equívocos cometidos por policiais. Disse que as polícias militares de cada Estado são bastante diferentes e que se deve ter o cuidado de não analisar notícias de ocorrências no Rio de Janeiro e em São Paulo como se elas tivessem ocorrido em Belo Horizonte. Enfatizou a necessidade de separar a vontade pessoal da vontade institucional. Disse que, se um policial comete uma irregularidade ou abuso, essa é uma ação individual daquele policial que deve ser inibida e punida, não revelando uma vontade da instituição. Apresentou dados estatísticos de homicídios em Minas Gerais, enfatizando a significativa redução do número de homicídios nos últimos anos. Informou que, em 2015, ocorreram 22 fatalidades em decorrência de ação policial; e que, em 2016, foram 16 as ocorrências de fatalidade. Ponderou a necessidade de cuidado ao tratar de dados estatísticos pela falta de padronização e pela falta de comparabilidade em alguns casos.

10h56min - Debate

Ana Maria denunciou casos de violência policial e de perseguição de policiais contra as suas vítimas. Enfatizou o sofrimento e os danos causados em sua vida por causa de violência policial.

Tainá, professora de História, disse que a PMMG revela seu racismo institucional ao não trazer as estatísticas sobre os percentuais de negros vítimas de violência.

Fábio, professor, defendeu a unificação de procedimento e informações entre as diversas forças policiais no Brasil. Disse que essa fragmentação compromete uma



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

segurança pública cidadã.

Rodrigo, professor, disse sentir medo de locais com aglomeração de policiais e enfatizou que a cultura da polícia é considerar todo negro como um suspeito em potencial.

A vereadora Áurea Carolina efetuou a leitura de questionamentos feitos pelo público presente.

Valéria de Oliveira respondeu a questionamentos feitos pelo público presente e enfatizou a importância de discutir os dados estatísticos e a sua forma de registro e disponibilização. Disse que as ocorrências de homicídios em uma cidade se concentram em regiões determinadas; e que essa informação pode indicar as características das vítimas. Disse que a pesquisa mencionada anteriormente foi realizada em todo o País e buscou identificar apenas casos de violência física praticada por policiais. Disse que o percentual de respostas positivas foi de 3%, mas observou que esse já é um número significativo. Ponderou que diversas atividades que são consideradas de polícia comunitária não são efetivamente ações típicas da atividade policial. Disse que os dados apresentados na pesquisa são de 2012 e que não foi realizada outra pesquisa após essa data. Lamentou o clima de desconfiança existente entre todos e ponderou que as instituições são compostas de pessoas que fazem parte da sociedade, e isso leva à situação em que as crenças e visões da sociedade permeiam as instituições.

Ricardo Foureaux respondeu a questionamentos feitos pelo público presente e disse que inexistente atuação policial sem ser policiamento comunitário. Esclareceu que a investigação de homicídios é feita pela Polícia Civil, não cabendo à PMMG intervir nessa investigação. Lamentou que apenas 8% dos homicídios são apurados no Brasil, o que leva a um grande índice de impunidade. Lembrou que, em todos os casos em que um policial utiliza qualquer grau de força, ele deve elaborar um auto de resistência que detalhe a ocorrência. Informou que, em Minas Gerais, policiais envolvidos em violência são presos em flagrante no quartel, e o auto de prisão é enviado ao juiz para determinar se haverá a soltura ou a manutenção da prisão. Disse que a PMMG adota medidas sempre que ocorrem casos de abuso ou violência por policiais. Informou que, entre 2013 e 2012, foram demitidos mil policiais por atos irregulares. Afirmou que todos os cursos internos da PMMG têm carga de direitos humanos e que todos os dias são feitas instruções para os policiais militares com foco em direitos humanos. Lembrou que os dados de segurança pública são divulgados pelo site do governo do estado. Ponderou que o que resolve o problema de segurança pública é a geração de emprego e que existem estatísticas que demonstram que crescimento econômico implica em declínio da criminalidade e vice versa. Afirmou que não existe racismo institucional, mas ressaltou que os policiais são membros da sociedade e, por isso, têm crenças e valores próprios, não havendo como se evitar a influência dessas crenças na sua atuação. Acrescentou, no entanto, que nenhum tipo de abuso ou discriminação é tolerado pela instituição.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

José Gilson Guedes Moreira, presidente do Conselho Municipal de Saúde, enfatizou a importância do estabelecimento de parcerias entre os atores da sociedade. Considerou que a PMMG é a melhor força policial do País, mas ressaltou que isso não é aval para a prática de abusos por policiais individualmente.

Vítor Cesar, contramestre e capoeirista, prestou testemunho das dificuldades de relacionamento entre as comunidades e as forças policiais.

Pedro, poeta e *rapper*, prestou testemunho de seu envolvimento passado no tráfico. Disse que, só após conhecer os livros, aprendeu que a polícia não precisa agir com violência nas abordagens nas comunidades. Disse que sofreu violência policial e foi torturado. Denunciou que policiais trabalham nas madrugadas sob o efeito de drogas. Questionou por que os policiais são treinados para serem agressivos com a comunidade. Defendeu uma maior aproximação da polícia com a comunidade, mas ponderou que existe uma grande ferida decorrente do medo que as comunidades mais humildes têm da polícia.

Viviane, servidora pública, comentou a importância deste seminário.

Carlos, morador da Ocupação Carolina Maria de Jesus, disse que a questão da violência policial é mais grave no trato com as ocupações. Denunciou casos de violência policial.

Daivid, morador da Ocupação Carolina Maria de Jesus, perguntou se a PMMG tem alguma política determinada de abordagem e denunciou caso de violência policial sofrido.

A vereadora Áurea Carolina efetuou a leitura de questionamentos feitos pelo público presente.

Ricardo Foureaux respondeu a questionamentos feitos pelo público presente e afirmou que a instituição PMMG não ensina ninguém a discriminar. Disse que a definição de fundada suspeita, como ensinada e como definida na lei, é uma situação que indique a criminalidade e não tem qualquer relação com classe, raça ou orientação. Lembrou que a determinação do caráter militar da polícia é definida pela Constituição e que diversos países do mundo adotam esse caráter militar em suas polícias. Disse que eventuais abusos e ilegalidades devem ser denunciados para que haja a devida apuração e punição. Esclareceu que todas as disciplinas dos cursos de formação têm carga de direitos humanos. Ponderou que até mesmo o professor de tiro deve instruir sobre direitos humanos. Disse que a minoria das unidades policiais tem premiação por prisões ou apreensões de drogas, mas a maior parte delas tem previsão de premiação pela redução de criminalidade. Disse acreditar na possibilidade de policiamento desarmado, mas ponderou que o Brasil é o País com maior número de policiais mortos em serviço. Comentou que a reintegração de posse é uma determinação judicial que deve ser obedecida pela Polícia, e que cabe ao Judiciário decidir se a desocupação deverá ou não ocorrer. Ponderou que a maior parte dos policiais militares são negros e pardos e reafirmou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que não existe racismo institucional por parte da PMMG.

Valéria de Oliveira respondeu a questionamentos feitos pelo público presente e enfatizou que a formação é uma coisa diferente da cultura organizacional. Disse que o grande desafio das instituições de segurança é a forma de lidar com a cultura organizacional e de tratar os desvios dessa cultura da posição oficial da instituição. Comentou que existe dificuldade em encontrar policiais com interesse em atuar na integração com as comunidades; e que a visão tradicional da polícia é a de ação repressiva.

O vereador Arnaldo Godoy lembrou que seu objetivo, ao propor a criação da comissão, foi o de buscar o diálogo entre todos os envolvidos na questão da segurança pública e de buscar alternativas e propostas.

12h31min - Intervalo

14 horas - Reabertura dos trabalhos

Composição da mesa:

- a vereadora Áurea Carolina;
- o vereador Hélio da Farmácia;
- o vereador Arnaldo Godoy;
- o vereador Pedro Bueno;
- a representante do Programa para a América Latina da Open Society Foundations, Manoela Miklos;
- a doutoranda em Sociologia pela UFMG, Ariane Gontijo.

14h10min - Apresentação

Apresentação da batalha de passinhos Disputa Nervosa, com os Passistas Dancy do Centro Cultural Lá da Favelinha.

Nívea Sabino declamou uma poesia que enalteceu a resistência e a luta do negro.

14h30min - Palestra: Segurança Pública no Município: desafios e possibilidades

Palestrante: Manoela Miklos, mestre e doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Universidade Estadual Paulista – Unesp, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP); especialista em Defesa, Paz e Segurança. É parte do programa para a América Latina da Open Society Foundations.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Síntese da palestra:

Manoela Miklos disse que a Open Society Foundations estuda a segurança pública na América Latina sob a perspectiva dos direitos humanos. Relatou que a entidade identifica a violação a direitos humanos dos negros, à semelhança do que aconteceu com os judeus no século passado. Considerou falsa a construção de que exista dilema entre os direitos humanos e a segurança pública. Opinou que a estigmatização desse dilema origina-se do alto comando dos militares. Considerou que é preciso eliminar esse dilema, que tem feito a sociedade brasileira sofrer. Disse serem prioridades da Open Society Foundations o combate à violência, que leva a homicídios, e a defesa da democracia. Disse que há um esforço nesse combate, com a participação de várias Organizações Não Governamentais - ONGs. Disse que os estudos revelaram uma redução, nos últimos anos, de aproximadamente 50% nos casos de homicídios na América Latina. Registrou que, ainda assim, o número é elevado, colocando a América Latina com cerca de 35% de todos os homicídios ocorridos na Terra. Disse que a Open Society Foundations se preocupa com esses números e, por isso, propõe a combinação de seis princípios para enfrentar a violência: a) a implementação de políticas públicas a partir da realidade, construindo-se e manuseando-se informações, conforme recomenda o Protocolo de Bogotá; b) a necessidade de se focar em metas de resultados; c) a participação; d) a garantia de acesso à Justiça, que deve ter comprometimento com a redução dos homicídios; e) a violência precisa de ações preventivas, como a oferta de terapias aos cidadãos. Sobre esse princípio, afirmou que se deve ampliar o instrumento da mediação de conflito e que o Estado deve olhar com cuidado os locais mais vulneráveis à violência, recuperando os espaços públicos e disponibilizando os serviços públicos. Opôs-se à ideia de armar o cidadão; defendeu o enfrentando da discussão sobre as drogas ilícitas; e propôs a reformulação de algumas instituições. Defendeu que a polícia promova uma educação preventiva e que o Estado ampare a sociedade concedendo aos cidadãos acesso à Saúde; f) a proteção do cidadão como valor, a qual deve ser prioridade para o Estado. Observou que apenas 8% dos casos de homicídios no Brasil resultam em processo criminal, o que favoreceria o pensamento do criminoso de que matar é algo seguro. Disse que as pessoas invisíveis são as que mais sofrem com esse estado de violência. Disse que há um esforço de várias entidades para enfrentar a violência na América Latina.

O vereador Arnaldo Godoy reconheceu como sendo trágica a relação no passado entre arianos e judeus, mas constatou que tal violência ainda persiste nos dias atuais, quando os palestinos não são reconhecidos pelos israelenses. Concordou com Manoela Miklos quanto à aplicação dos seis princípios para diminuir a violência no País. Atribuiu ao capitalismo americano parcela de responsabilidade pela promoção dessa violência.

Manoela Miklos afirmou que a violência e a democracia são temas indissociáveis. Disse ser inafastável a proximidade entre o Brasil e os Estados Unidos da América - EUA - e considerou que o País precisa criar sua própria identidade. Avaliou que certos comportamentos e fatos existentes nos países da América Latina evidenciam



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

uma agressão a princípios democráticos. Citou a recente adoção de pena de morte em El Salvador. Considerou criticável também a aprovação de lei na Guatemala permitindo ao corrupto pagar uma multa para se livrar de responsabilidades. Afirmou ser necessário que as pessoas participem da construção das políticas públicas e defendam as instituições democráticas.

14h50min - Palestra: Segurança Pública no Município: desafios e possibilidades.

Palestrante: Ariane Gontijo, doutorando em Sociologia pela UFMG; mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Fundação Getúlio Vargas; especialista em História e Culturas Políticas e em Políticas, ambas cursadas na UFMG; mediadora de conflitos, com formação pelo Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil – Imab/SP – e pelo Pólos/UFMG; graduada em Psicologia pela PUC de Minas Gerais; professora de Mediação Comunitária do curso de Mediação (Mediare: Diálogos e Processos Sociais/RJ); pesquisadora associada do Instituto de Estudos da Religião – Iser.

Síntese da palestra:

Ariane Gontijo atribuiu às autoridades policiais a ineficácia da segurança pública no País. Disse que esse modelo de política na segurança pública repete-se nos últimos 200 anos, com as autoridades criando ações de Estado a partir de suas percepções da realidade e seus valores. Afirmou que a execução da política de segurança pública ficou ainda mais comprometida nos últimos dois anos, em razão de disputa por espaço no debate entre os pesquisadores e os operadores do tema. Defendeu o entrosamento entre as duas partes. Afirmou que a taxa de homicídios no País é crescente e, paralelamente a isso, as instituições vêm perdendo credibilidade e força de intervir. Indagou por que certos desvalores são tipificados, e outros não. Disse acreditar que parte dessa distorção se dá pelo fato de a sociedade não participar do debate e da construção do que seja crime. Afirmou ser importante refletir sobre o momento da elaboração do tipo penal, que orientará a ação do Estado na sociedade. Citou exemplo em que a norma penal foi elaborada num sentido, mas a prática social era outra: na história colonial do Brasil existia norma penal proibindo o transporte de escravos em transatlânticos, mas a sociedade continuou utilizando os serviços do escravo. Disse que, em um momento seguinte da história do Brasil, tem-se outro exemplo: houve a abolição da escravatura e o Estado tipificou a capoeira. Defendeu a busca pelo consenso para aqueles que elaboram a política de segurança pública. Constatou certo corporativismo na polícia, o que a faz tornar-se cada vez mais forte ao longo dos anos. Disse que o Estado não pode valer-se apenas da norma penal para mudar comportamentos, devendo também atuar para conscientizar o operador da segurança pública sobre a nova realidade criminosa. Disse que os dados estatísticos evidenciam uma distorção entre a realidade e a política de segurança pública, especialmente quando se constata que mais de 1/3 do total de criminosos são jovens negros e pobres. Registrou o fato de o Nordeste apresentar pequena redução de mortes de jovens negros e pobres, o que para os analista é um resultado estatístico que gera surpresa, tendo em vista que é uma região que possui uma população predominantemente de pessoas negras. Disse que os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mesmos analistas se surpreendem com o fato de o Sudeste registrar um aumento de jovens negros e pobres nos casos de homicídios, tendo em vista que o contexto histórico de ocupação dessa região por pessoas predominantemente da cor branca. Defendeu uma discussão urgente sobre a questão das drogas ilícitas no País, propondo a regularização do seu comércio.

15h10min – Debate

A vereadora Áurea Carolina passou a palavra ao público:

Cristal queixou-se do fato de as expositoras não terem falado sobre a violência contra as pessoas LGBT, especialmente daqueles que são negros e vivem na periferia.

Ernani indagou à vereadora Áurea Carolina como ela dará prosseguimento às ideias debatidas neste seminário.

Kelly pediu um olhar das autoridades e dos pesquisadores para os resultados da política pública de segurança, já que a realidade torna impraticável a adoção de certos procedimentos em benefício do preso. Disse ser impossível 2 técnicos cuidarem de 400 detentos.

Tainá criticou a ausência de representantes da PMMG e de outros vereadores. Disse sentir-se triste quando constata que a violência mata negros e pobres e também policiais negros.

Du Pente sentenciou que existe, no País, um modelo de violência da época da colonização, o que levaria a concluir que a sociedade ainda não participa do debate sobre segurança pública. Disse que a política pública para a segurança não pode continuar sendo debatida em gabinete de homens brancos. Disse que a discussão sobre a violência implica a discussão sobre a legalização das drogas ilícitas. Disse que o tema da violência é debatido no CRJ de Belo Horizonte.

Manoela Miklos, em resposta às perguntas, disse ser preciso construir uma sociedade brasileira que não tenha privilégios e não seja estratificada, com a maior parte na base da pirâmide e pouquíssimos no ápice. Afirmou que é preciso ouvir melhor e mais aqueles que estão na periferia e pediu às autoridades que escute a população. Avaliou que o Estado brasileiro prende muito e mal aqueles que julga ser criminosos. Previu uma piora nos índices de violência nos próximos anos. Disse que a violência no Rio de Janeiro indica esse futuro pior. Pediu o enfrentamento da questão das drogas ilícitas, alertando que há outras ações possíveis para o País que não aquelas adotadas pelos EUA.

A vereadora Áurea Carolina leu pergunta sobre a possibilidade de uma estratégia cidadã ser elaborada para diminuir o número de homicídios no Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ariane Gontijo informou que, na política pública do País, não consta ação direcionada aos LGBTs, devendo, portanto, haver esforço para que o tema seja inserido na agenda do Estado. Disse que o Estado oferece a prestação de Saúde ao usuário de drogas ilícitas, mas faltam avanços na política de segurança pública. Disse entender que há uma seletividade no cárcere, punindo provisoriamente pessoas em razão de sua cor e de outros atributos estigmatizados na sociedade. Afirmou preocupar-se com o estabelecimento de resultados na política de segurança pública. Citou o exemplo de apreensão de drogas a partir de pontuações na avaliação do policial. Considerou estratégico na segurança pública a maior aproximação do conhecimento (manipulado por pesquisadores) aos operadores. Defendeu uma segurança pública sem armas, a intensificação na qualificação dos policiais, a participação da sociedade na elaboração das ações e investimento em setores de informação. Disse ser preciso estudar mais o caso de Pernambuco, que obteve ótimos resultados na política pública e poderia ser disseminado para outros Estados do Brasil.

A vereadora Áurea Carolina disse que as ideias deste seminário são apenas um começo na discussão sobre a violência cometida contra os jovens negros e pobres. Comprometeu-se a realizar novas discussões, sugerindo um novo encontro para novembro. Explicou que, ao final deste seminário, será elaborado um relatório, a ser entregue às autoridades do tema no final de novembro.

A vereadora Áurea Carolina franqueou novamente a palavra ao público.

Tais considerou a polícia preconceituosa, pois procede a juízo criminoso antecipadamente às pessoas, em razão daquilo que vestem, da música que escutam, de sua cor, de sua classe social ou do local em que residem.

Inspetor Maia comunicou que a Guarda Municipal promove discussão entre os guardas sobre os temas relativos à violência. Disse sentir-se discriminado em razão de sua cor negra, mas nem por isso deixou de lutar e buscar ocupar um espaço na sociedade. Incentivou as pessoas a lutar e buscar a realização de seus sonhos. Disse que as discriminações da sociedade não impedem o êxito daqueles que querem crescer.

O vereador Pedro Bueno parabenizou a vereadora Áurea Carolina por realizar o seminário, cujo tema considerou uma realidade no País. Disse que a Guarda Municipal tem investido na preparação de seus agentes para melhor abordar o cidadão. Declarou que os guardas municipais atuam atentos à cidadania e à dignidade da pessoa.

A vereadora Áurea Carolina ressaltou a complexidade do tema. Alertou para o fato de o Brasil estar vivendo, lamentavelmente, uma realidade de desconstrução de direitos conquistados a partir da luta dos brasileiros. Conclamou as pessoas a se unirem para debater questões que afligem os brasileiros, considerando isso algo natural dentro de uma democracia. Defendeu a participação das pessoas na construção das políticas públicas, ainda que o tema seja a segurança pública.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Disse haver, na sociedade, um discurso enaltecido da meritocracia, mas observou que é preciso questionar a negação de oportunidade a que algumas pessoas são submetidas. Avaliou que não se pode negar uma realidade que foi aqui demonstrada por pessoas sérias e com a apresentação de números. Afirmou que a questão da violência contra negros pobres e da periferia deve ser examinada com vieses antropológicos, éticos, sociológicos e outros mais. Disse que o esforço individual apenas não é suficiente para superar diferenças na sociedade, razão pela qual se torna imprescindível a construção de um sistema de retaguardas de direitos no Estado Democrático.

15h30min - Cena de Teatro do Oprimido: Até quando?

A vereadora Cida Falabella disse que, na encenação, buscou-se mostrar o que sofre o oprimido. Afirmou que a opressão é ainda maior quando o oprimido não sabe que está sofrendo a violência. Disse que essa peça revela a sociedade estruturada em classes e de modo desigual e preconceituosa. Disse que a peça foi criada para provocar as pessoas, e não busca dar uma solução para a questão tema deste seminário.

18 horas - Encerramento

A vereadora Áurea Carolina explicou que a realização do seminário foi um esforço de possibilitar às pessoas refletir sobre as questões discutidas. Disse que se buscou colocar em debate as diferentes perspectivas das pessoas sobre o tema, algo que seria pouco praticado no País, conforme se vê em alguns debates polarizados, que incitam o ódio. Defendeu o diálogo, sempre. Ressaltou que o bem-viver deve incluir a todos, sem preconceitos. Agradeceu a participação da Guarda Municipal. Disse sonhar com uma democracia feita com mais amor. Alguns organizadores do seminário fizeram considerações finais.